

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.396.901 - RJ
(2018/0301123-3)**

RELATORA : MINISTRA VICE-PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : NILTON PEREIRA DA SILVA FILHO
ADVOGADOS : MARICEL ARAÚJO MORAES JUNIOR - RJ137707
RONALDO FERREIRA JUNIOR - RJ138422
WERTHER DE MORAES RAMALHO - RJ173531
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : RAFAEL SGANZERLA DURAND E OUTRO(S) - RJ144852

DECISÃO

Nos termos do art. 1.001 do Novo Código de Processo Civil, não cabe a interposição de recurso contra despacho. Contudo, em atenção ao princípio da primazia da resolução de mérito, **recebo este agravo interno como petição.**

Em face da manifestação da parte e com base na nova deliberação da Segunda Seção deste Superior Tribunal de Justiça, ocorrida em 22 de agosto de 2018, acerca da continuidade dos feitos que envolvam expurgos inflacionários em caderneta de poupança, em fase de execução de sentença, quando o litigante manifesta seu desinteresse no acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal, **torno sem efeito o despacho de devolução dos autos à origem e passo ao exame do agravo em recurso especial.**

Trata-se de agravo interposto pelo BANCO DO BRASIL, contra decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundado no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal, visa reformar acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Quanto a primeira controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 188, 239, .013 e 1.017, incisos I e II, do CPC, em que discute a ocorrência de excesso de formalismo.

Quanto a segunda controvérsia, debate os dogmatismos do direito.

É o relatório. Decido.

Colhe-se do acórdão recorrido:

Entretanto, da análise das razões recursais do agravante, verifica-se que estas não guardam qualquer relação com a decisão impugnada e com os fatos narrados na petição inicial.

Com efeito, é certo que o caso concreto não versa sobre execução judicial individual decorrente de título executivo proveniente de ação civil pública ajuizada pelo IDEC, mas sim ação de cobrança na qual o autor pretende a condenação da instituição financeira ao pagamento de expurgos inflacionários.

[...]

Dessa forma, evidenciada a incongruência entre os limites objetivos da demanda e a tese recursal deduzida pela parte ré, encontra-se configurada a violação ao princípio da dialeticidade.

[...]

Assim, por força do princípio da dialeticidade, não pode a parte ré suscitar questões de fato e de direito que não têm qualquer relação com a hipótese dos autos, como ocorreu no caso em análise.

Pelo exposto, o agravo de instrumento interposto pelo réu não deve ser conhecido, porquanto as razões recursais estão absolutamente dissociadas do conteúdo da decisão recorrida, uma vez que o agravante impugnou fatos e matérias de direito estranhas ao caso concreto. (fls. 117/121)

Assim, quanto à primeira controvérsia, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão totalmente dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, o que atrai, por conseguinte, o referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “Verifica-se que o recurso encontra-se deficientemente fundamentado, uma vez que as razões insertas no recurso não permitem a exata compreensão da controvérsia, na medida em que se encontram dissociadas dos fundamentos da decisão agravada, aplicando-se, ao caso, por analogia, o enunciado da Súmula 284/STF” (AgRg no AREsp n. 1.394.624/RJ, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 19/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: EDcl nos EDcl nos EAREsp n. 740.722/SE, relator Ministro Francisco Falcão, Corte Especial, DJe de 14/12/2017; e REsp n. 1.722.691/SP, relator Ministro Paulo De Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 15/3/2019.

Ademais, incide o óbice das Súmulas 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito

Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; AgInt no AREsp n. 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e REsp n. 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019.

Quanto à segunda controvérsia, incide, também, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais teriam sido violados.

Nesse sentido: “O acórdão recorrido firmou-se tão somente na ausência de preenchimento dos requisitos de admissibilidade necessários à análise do mérito recursal, em virtude [...] do enunciado n.º 284 do Supremo Tribunal Federal, diante da ausência de indicação dos dispositivos legais sobre o qual recairia a controvérsia” (AgInt no RE nos EDcl no AgRg no AREsp n. 821.471/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, DJe de 15/12/2016).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente